

PERCEÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ASSENTAMENTO RURAL

Environmental perception of students in form of Youth and Adult Education (EJA) in rural settlement

Cristiano Cunha Costa¹, Maria Vanda dos Santos²

¹ Mestre em Agroecossistemas, Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

² Especialista em Residência Agrária, Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo conhecer a percepção ambiental dos alunos da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) do Assentamento Rural Marimbondo, município de Tobias Barreto – SE, no sentido de promover a sensibilidade dos indivíduos, favorecendo à mudança de hábitos, costumes e valores e estimulando a relação harmônica entre o homem e o meio ambiente e a qualidade de vida. Para isso, foi aplicado um questionário semi-estruturado com os alunos, abrangendo perguntas a respeito do perfil dos estudantes e percepção ambiental. Percebeu-se que a maioria dos estudantes nunca participaram de um projeto de educação ambiental, porém tem interesse em participar e que a escola não realiza atividades de educação ambiental. Portanto, a escola deve adotar projetos de educação ambiental como forma de envolver a participação dos estudantes na discussão dos problemas identificados pelos mesmos durante o estudo, no sentido de procurar alternativas de minimizar tais problemas ambientais oriundos da ação antrópica.

Palavras-chave: Percepção ambiental. Educação ambiental. Assentamento rural. Estudantes.

Abstract

This study aimed to know the environmental perception of students in form of Youth and Adult Education (EJA) in Rural Settlement Marimbondo, municipality of Tobias Barreto - SE, to promote the sensitivity of individuals, stimulating change of habits, customs and values, encouraging the harmonious relationship between man and the environment and quality of life. For this, a semi-structured questionnaire was applied to students, including questions about the profile for students and environmental awareness. It was noticed that most students never participated in an environmental education project, but are interested in participating and that the school does not make environmental education activities. Therefore, the school should adopt environmental education projects as a way to involve the participation of students in the discussion of the problems identified by them during the study, to look for alternatives to minimize such environmental problems arising from human activities.

Keywords: Environmental perception. Environmental education. Rural settlement. Students.

1 Introdução

O crescimento acentuado dos grandes centros urbanos, nas últimas décadas, tem aumentando demasiadamente a pressão sobre os recursos naturais em seu entorno, devido a ampliação das fronteiras agrícolas e extrativistas sem qualquer planejamento, aliada à deficiência das políticas agrícolas e agrárias, causando enormes prejuízos estratégicos em termos de recursos naturais e biodiversidade, tendo como consequência o decréscimo da qualidade de vida de populações rurais e urbanas.

Assuntos relativos ao meio ambiente são constantemente abordados pelos meios de comunicação como forma de alertar a sociedade, de uma forma geral, dos abusos com relação ao uso dos recursos naturais. Dessa maneira, a questão ambiental se torna ainda mais presente a cada dia, diante da pressão humana sobre a natureza.

Frente aos problemas ambientais, torna-se de relevante a importância a participação da comunidade nas atividades de educação ambiental, favorecendo um contato direto com a natureza, estimulando a sensibilização e a compreensão de que o homem é parte integrante da natureza, favorecendo a mudança de comportamentos, valores e hábitos sociais.

Diante desse contexto, há a formação de cidadãos críticos (com a realidade cotidiana) e participativos na busca de soluções para os problemas sócio-ambientais, levando a uma menor degradação dos recursos naturais e uma tomada de consciência de que o homem faz parte do meio ambiente.

A educação ambiental formal deve ser realizada no espaço escolar de acordo com os parâmetros escolares e em todos os níveis de ensino.

Este trabalho tem como objetivo conhecer a percepção ambiental dos alunos da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) do Assentamento Rural Marimbondo, município de Tobias Barreto – SE, no sentido de promover a sensibilidade dos indivíduos, estimulando a mudança de hábitos, costumes e valores e estimulando a relação harmônica entre o homem e o meio ambiente e a qualidade de vida.

3 Referencial teórico

3.1 Histórico da educação ambiental no mundo

As questões ambientais foram intensamente discutidas a partir da publicação do livro *Primavera Silenciosa*, da jornalista Raquel Carlson, pois discutia o uso indiscriminado dos agrotóxicos e sua implicação para o meio ambiente e a saúde humana. Desse modo, várias discussões sobre a temática ambiental passaram a ser discutidas no mundo (DIAS, 2003).

Como consequência, no final da década de 60, no Reino Unido, foi criado o Conselho para Educação Ambiental que era composto por especialistas de várias áreas, tendo como objetivo discutir a crise atual e futura da humanidade por conta da maneira indiscriminada que o homem estava lidando com o meio ambiente (DIAS, 2003).

Mais adiante, fundou-se o Clube de Roma que, em 1972, passaria a produzir o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico”. Dessa maneira, era uma denuncia sobre o crescente consumo mundial, levando a humanidade a um limite de crescimento e possível colapso (DIAS, 2003).

Na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi elaborada a “Declaração sobre o Meio Ambiente Humano” e teve como objetivo chamar a atenção dos governos para a adoção de novas políticas ambientais, entre elas um Programa de Educação Ambiental, visando a educar o cidadão para a compreensão e o combate à crise ambiental no mundo. Dessa maneira, surgia a preocupação com a necessidade de um trabalho educativo que procurasse sensibilizar as pessoas para as questões ambientais (SOUZA, 2003).

No ano de 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, a UNESCO promoveu em Belgrado (Iugoslávia) um Encontro Internacional em Educação Ambiental, onde se criou o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA - que formulou os seguintes princípios orientadores: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais (ZANARDI, 2010).

Em 1977, ocorreu a Primeira Conferência sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, Geórgia, considerada o mais importante evento para a evolução da Educação Ambiental no mundo. A “Conferência de Tbilisi”, como ficou conhecida, contribuiu para precisar a natureza da Educação Ambiental, definindo seus objetivos, características, recomendações e estratégias pertinentes ao plano nacional e internacional. Foi recomendado que a prática da Educação Ambiental deva considerar todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos, dentro de uma visão inter e multidisciplinar (SOUZA, 2003).

Segundo Guimarães (1995), que o termo “Educação Ambiental” popularizou-se definitivamente no mundo. No ano de 1985, o parecer 819/85 do Ministério da Educação e Cultura, reforça mais ainda a necessidade da inclusão de conteúdos 19 ecológicos ao longo do processo de formação do Ensino de 1º grau e 2º grau, integrando a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando assim a „formação da consciência ecológica do futuro cidadão“.

Um momento de grande importância no cenário da educação ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio-92. Foi desenvolvido o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, sendo assinada na Jornada Internacional de Educação Ambiental, no Fórum Global paralelo ao evento (MARINHO, 2004).

Neste Tratado há a exaltação da educação sendo um processo dinâmico em permanente construção e devendo, assim, propiciar reflexão, o debate e sua própria modificação. Dessa maneira, deveria haver comprometimento com a proteção da Terra, valorização do papel central da Educação na formação de valores e na ação social, comprometendo-se então com o processo educativo transformador, tendo o envolvimento das comunidades e nações na tentativa de criar sociedades sustentáveis e equitativas, buscando novas esperanças para o planeta. (MARINHO, 2004).

3.2 Alguns dos conceitos da educação ambiental

Os aspectos conceituais da educação ambiental sempre estiveram diretamente relacionados ao surgimento da problemática ambiental e atingiu o seu auge na década de 80. Certamente vários fatores contribuíram para a sua consolidação e expansão. Entre eles, destacam-se a transformação da problemática ambiental em questão política relevante e as próprias conseqüências do modelo de exploração ambiental, que contribuíram fortemente para o aspecto social político e econômico vigente no país. Entretanto, a educação ambiental não é a solução para todos os problemas ambientais (GUARIM, 2002).

A Internacional Union for the Conservation of Nature (IUCN), na década de 70, definiu a educação ambiental como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e apreciação das inter-relações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico (DIAS, 2003).

Na conferência de Tbilisi (1977), foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Dessa forma, essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e

qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (DIAS, 2003).

No entendimento de Santos (2006), a conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento ou Rio-92 destacou a necessidade do enfoque interdisciplinar, priorizando algumas áreas, tais como, a reorientação da educação para o desenvolvimento sustentável, aumento dos esforços, propiciando informações sobre o meio ambiente almejando promover a sensibilização popular.

Para Oliveira (2000) na medida em que o homem é parte integrante da natureza e, enquanto detentor de conhecimentos e valores socialmente produzidos, age, permanentemente, sobre sua base natural de sustentação, alterando suas propriedades e, em decorrência deste processo interativo, a sociedade também sofre modificações em sua dinâmica.

A UNESCO em 1987 definiu a educação ambiental como sendo um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros. Isso significa que os seus objetivos estão diretamente relacionados com mudanças de valores e de atitudes, as quais necessariamente devem passar por reflexões a respeito da visão do ser humano sobre si mesmo, sobre seu ambiente e as relações entre o ambiente humano construído e o ambiente natural (WWF – Brasil, 2003).

No Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, realizada em Moscou (1987), concordou-se que a educação ambiental deveria, simultaneamente, preocupar-se com a promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios e padrões, e orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões. Portanto, deveria objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivos e afetivos.

A educação ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida (LOUREIRO, 2004).

Trata-se de uma educação que deve prover os meios de percepção e compreensão dos vários fatores que interagem no tempo e no espaço para modelar o meio ambiente. Quando possível, o conhecimento em questão deveria ser adquirido por meio da observação, do estudo e da experimentação de ambientes específicos. Deve também definir os valores e motivações que conduzam a padrões de comportamento de preservação e melhoria do meio ambiente (DIAS, 2003).

Uma questão crucial para o sucesso dos programas de educação ambiental é a adoção de ferramentas adequadas para que cada grupo atinja o nível esperado de percepção ambiental (JACOBI et al., 2004).

3.3 A educação ambiental na legislação brasileira

Dentro do contexto no mundo moderno e globalizado, é clara a necessidade da mudança do comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável (processo que assegura uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais), a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos.

Essa mudança não pode ser desvinculada de um processo legal, em que leis irão tipificar todas as bases para a mudança de comportamento da sociedade, e essa mudança estará relacionada a um

sistema legal que concretiza a educação ambiental. Dessa maneira, existem inúmeros artigos, capítulos e leis brasileiras com importância para a educação ambiental.

De forma indireta, a educação ambiental aparece, pela primeira vez, Código Florestal instituído pela Lei 4.771 de 1.965, que estabelece a semana florestal a ser comemorada obrigatoriamente nas escolas e outros estabelecimentos públicos (art. 43).

Somente em 1981, através da Lei 6.938 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, a educação ambiental é tratada de forma integrada na legislação (Art. 2º, X), sendo ratificada posteriormente pela Constituição Federal (1988).

Segundo a Constituição Federal (Art. 225, caput):

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outras providências, promover a educação ambiental em todos os níveis e ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (§ 1º, VI).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaborou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental, recomendando que as instituições de ensino superior, defina metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos a fim de estabelecer um marco fundamental para implantar a educação ambiental no nível de ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Base (LDB), instituída pela Lei 9.394/96, em relação ao ensino fundamental, estabelece que os currículos devem abranger obrigatoriamente o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (Art. 23, § 1º). Entre outras finalidades do ensino superior está a de estimular o conhecimento do mundo presente, em particular os nacionais e regionais (Art. 43, VI).

A Lei Federal Nº 9.795, sancionada em 27 de abril de 1999, institui a “Política Nacional de Educação Ambiental” que define os princípios relativos à Educação Ambiental que deverão ser seguidos em todo o País. Essa Lei foi regulamentada em 25 de junho de 2002, através do Decreto N.º 4.281. A lei estabelece que todos têm direito à educação ambiental. A Educação Ambiental como um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Nas escolas, a educação ambiental deverá estar presente em todos os níveis de ensino, como tema transversal, sem constituir disciplina específica, como uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores, que deverão ser treinados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em sala de aula. A dimensão ambiental deve ser incluída em todos os currículos de formação dos professores os quais deverão receber formação complementar.

Trata-se de um plano discutido com todos os setores da sociedade envolvidos na educação representa um avanço da questão ambiental no universo da educação.

Diante dessas circunstâncias, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (COSTA, 2015). Dessa maneira, é dentro desse contexto que o espaço escolar se torna um local interessante.

3.3 Educação ambiental formal

Na Conferência de Tbilisi (1977), a educação ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar. Dessa forma, essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (DIAS, 2003).

Considerado o “pai da educação ambiental”, o escocês Patrick Geddes, expressa que uma criança que tem uma relação mais próxima com a natureza desenvolve uma simpatia pelo meio ambiente, favorecendo uma interação com a fauna, com a flora e demais recursos naturais (COSTA & MAROTI, 2008).

Vale a pena ressaltar que um dos objetivos do ProNEA é estimular e apoiar processos de formação ambiental continuada e inicial de professores dos sistemas de ensino, como também a formação de educadores ambientais, buscando a transversalidade construída a partir de uma perspectiva inter e transdisciplinar. Dessa forma a educação para a conservação da natureza visa mudar a atitude das pessoas, resultando em comportamentos de conservação e não de degradação (COSTA, 2008).

A escola configura-se como um espaço social e local onde o educando dará seqüência ao seu processo de socialização. O que naquela se ensina e se valoriza representa um reflexo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo assim para a formação de cidadãos responsáveis (FELIZOLA, 2007).

A inserção da educação ambiental nos currículos tem sido tema de debate e tem retomado à berlinda para se decidir se deve ou não ser uma disciplina ou se deve ser um tema transversal (HIGUCHI & AZEVEDO, 2004). Sato (2002), como outros autores, defende que a educação ambiental deve ser abordada como uma dimensão que permeia todas as atividades escolares perpassando os demais diversos setores de ação humana.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas do currículo e contextualizando com a realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão sistêmica. E mais, a educação ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares (FELIZOLA, 2007).

Segundo Tristão (2004) na estrutura conceitual de currículo, por disciplinas, não se sabe muito bem onde encaixar a educação ambiental. Sua natureza anti-disciplinar provoca uma inserção por meio de projetos e/ou atividades extracurriculares. Nesse caso, é necessário analisar o cotidiano escolar para compreender como a educação ambiental vem se introduzindo nas práticas educativas e como outros contextos interferem e atuam sobre sua produção de sentidos e de racionalidades. Portanto, é preciso compreender a medição feita pelos alunos e professores sobre sentidos, representações e racionalidades geradas para além o conhecimento escolar.

De acordo com Araújo (2004) a perspectiva de inserir questões ambientais no processo educativo requer que o professor oriente seu aluno a agir ativamente na sociedade e que o processo de aprendizagem não seja reduzido apenas ao aluno, mas possibilite ao professor o desenvolvimento constante de novas atitudes necessárias ao bom desempenho de sua profissão, compatíveis às frequentes mudanças sócio-ambientais. Assim, o pensar criticamente a ação pedagógica e seus efeitos deve proporcionar a fusão entre a prática e a teoria. Esta fusão é o alicerce da construção de uma pedagogia apropriada à educação ambiental, estando o professor munido de saberes pedagógicos (formação pedagógica) e estar preparado para acompanhar, entender e discutir as relações e o dinamismo que regem o ambiente (formação ambiental) (ARAÚJO, 2004).

Em 1981, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que determinava a orientação da educação em todos os níveis, desenvolvendo no cidadão e na comunidade a participação ativa no que diz respeito a defesa do meio ambiente, com a preocupação de que os currículos escolares trabalhem a questão ambiental nas disciplinas.

A interdisciplinaridade pretende garantir a construção de conhecimentos que rompam as fronteiras entre todas as disciplinas, também o envolvimento, compromisso, reciprocidade diante dos conhecimentos, ou seja, atitudes e condutas interdisciplinares. Portanto, a transversalidade e a interdisciplinaridade são nesse sentido, modos de trabalhar o conhecimento que visam reintegração de dimensões isoladas uns dos outros pelo tratamento disciplinar. Com isso, pretendemos conseguir uma visão mais ampla da realidade que, tantas vezes, aparece fragmentada pelos meios de que dispomos para conhecê-la (FELIZOLA, 2007).

À educação ambiental cabe auxiliar os estudantes a adquirir conhecimentos, formar convicções que auxiliem na discussão desses conceitos e dos valores em que se fundamentam, uma vez que a política relativa ao meio ambiente depende do nível de consciência da responsabilidade social de cada pessoa. Assim, a educação ambiental passa a ter fundamental importância na formação do cidadão, sendo o sistema escolar formal a instituição que melhor oferece condições para implantá-la (KRASILCHIK, 1986).

Os currículos escolares têm uma base em comum, no entanto, eles podem ser complementados com atividades diversificadas exigidas pelas características regionais ou locais de cunho econômico, político, social e ambiental. Podendo-se destacar a importância da educação ambiental, dada à diversidade de suas interações. Assim, defende-se que a educação ambiental não deve ser implantada como uma disciplina específica no currículo de ensino (COSTA, 2008).

3.5 Percepção ambiental no âmbito escolar

Percepção ambiental é definida segundo Faggionato (2005) como sendo "uma tomada de consciência do ambiente pelo homem", ou seja, como se auto-define, perceber o ambiente que se está localizado, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma.

No entendimento de Ferrara (1993), a percepção ambiental é definida como a operação que expõe a lógica da linguagem que organiza os signos expressivos dos usos e hábitos de um lugar. É uma explicitação da imagem de um lugar, veiculada nos signos que uma comunidade constrói em torno de si. Nesta acepção, a percepção ambiental é revelada mediante uma leitura semiótica da produção discursiva, artística e arquitetônica de uma comunidade.

É interessante notar, cientificamente, que o conceito de percepção ambiental estabelece uma ligação sobre o meio físico e uma reflexão sobre as relações desse meio com a subjetividade, própria do instrumental psicológico de cada indivíduo.

Uma crítica epistemológica ao conceito de percepção ambiental suscita, então, a pergunta sobre até que ponto os estudos de percepção ambiental são instrumentos válidos para a escuta das comunidades e como a adoção de determinadas perspectivas metodológicas pode expressar os compromissos ideológicos dos agentes envolvidos na administração de áreas protegidas (COSTA, 2013).

Discutir o conceito de percepção ambiental não é, portanto, uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito.

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, são constantes, e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente. Assim, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (FAGGIONATO, 2005).

Para Higuchi & Azevedo (2004) as capacidades e experiências pessoais são formas de pensar que nos fazem serem distintos uns dos outros, de modo que, diante de uma mesma situação, cada pessoa tem uma experiência única de percepção, que contribui para formar suas representações, idéias e concepções sobre o mundo.

Krasilchik (1986) expressa que a base dessa diversidade de percepções sobre as causas da degradação do meio e suas soluções, por sua vez, reside na variedade de pontos de vista sobre o processo de desenvolvimento e sobre o conceito de qualidade de vida, que não podem ser padronizados, mas dependem das aspirações de cada população, de cada comunidade.

Fiori (2002) considera que o estudo da percepção da paisagem pode contribuir, portanto, para uma utilização mais racional dos recursos ambientais, o que possibilita uma relação harmônica dos conhecimentos locais, do interior (ponto de vista de um indivíduo, uma coletividade, ou mesmo de uma população no seu conjunto), com os conhecimentos do exterior (abordagem científica tradicional), enquanto instrumento educativo e agente de transformação.

A educação ambiental tem a obrigação de envolver a comunidade, no sentido de ampliar a percepção, internalizando a mudança de comportamentos e atitudes.

Para o entendimento de Ruscheinsky (2002), o basilar da educação ambiental compreende o diagnóstico dos problemas percebidos e a expressão das soluções visualizadas, considerando o envolvimento tanto subjetivo dos indivíduos quanto das políticas públicas. Em função disso, torna-se necessária a consolidação de um entendimento mais amplo do processo de educação ambiental, ou seja, de que a educação ao trabalhar com as questões ambientais não se reduza ao ensino ou a defesa da ecologia (OLIVEIRA, 2000).

Dessa forma, segundo este mesmo autor, ela deve ser encarada como um processo voltado para a apreciação da questão ambiental sob sua perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, cultural e ecológica, enfim, como educação política, na medida em que são decisões políticas todas as que, em que qualquer nível, dão lugar às ações que afetam o meio ambiente.

Pode-se afirmar que o próprio conceito de educação ambiental está diretamente relacionado à percepção do indivíduo, a exemplo da Política Nacional de Educação Ambiental (1999), no seu Artigo 1º, em que se entende por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A percepção e a interpretação dos níveis e dimensões das realidades ambientais, das singularidades e da importância do patrimônio paisagístico, das atitudes e condutas humanas, dos valores ambientais devem contribuir, essencialmente, para a compreensão das transformações visíveis e não-visíveis, tangíveis ou não, da paisagem, percebida e interpretada como patrimônio de um povo, de um país, legado às futuras gerações, consideradas as várias instâncias e conjunturas, pois um horizonte de possibilidades individuais e coletivas é desvendado numa expressão de valores locais, regionais e universais (GUIMARÃES, 2007).

Diversas são as formas de se estudar a percepção ambiental: questionários, mapas mentais ou contorno, representação fotográfica, etc. Existem ainda trabalhos em percepção ambiental que buscam não apenas o entendimento do que o indivíduo percebe, mas promover a sensibilização, bem como o desenvolvimento do sistema de percepção e compreensão do ambiente.

Devido a sua natureza pedagógica, vários estudos sobre percepção ambiental estão sendo desenvolvidos no âmbito escolar, dentre eles, podem ser citados: Costa (2015), Alves & Alves (2013), Carmo & Santos (2012), Mattar et al. (2013), Cordula e Fonseca (2012), Silva et al. (2011), Oliveira et al. (2013), Senna et al. (2013), Costa & Maroti (2013a), Costa & Maroti (2013b), Costa (2013), Costa et al. (2011), Passos et al. (2011), Costa & Maroti (2009), Costa et al. (2007).

4 Metodologia

4.1 Área de estudo

O presente trabalho monográfico foi realizado com alunos matriculados no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em escola pertencente ao assentamento de Reforma Agrária, no Povoado Novo Marimbondo, localizado a 33 Km da sede de Tobias Barreto, município do Alto Sertão Sergipano.

O referido assentamento faz parte do processo de luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, pois as famílias vivem da agricultura. O assentamento Novo Marimbondo está localizado no município de Tobias Barreto, e inserido na microrregião composta por 03 municípios: Simão Dias, Poço Verde e Tobias Barreto.

4.2 Obtenção e análise das informações

Para a coleta das informações sobre a percepção ambiental dos alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Assentamento Marimbondo, município de Tobias Barreto – Sergipe foi utilizado um questionário semiestruturado conforme metodologia utilizada por Costa (2013).

Pela metodologia sugerida, o questionário abrangeu perguntas a respeito do perfil dos estudantes (idade, gênero, tempo de matrícula no programa, interesse em participar de projetos de educação ambiental) e percepção ambiental (afinidade com as questões ambientais, temas ambientais abordados em sala de aula, educação ambiental quanto ferramenta para minimizar as ações antrópicas e problemas ambientais no entorno da escola), sendo possível aplicar 52 questionários.

As respostas dos questionários foram tabuladas em planilha Excel. Em seguida, as respostas semelhantes foram agrupadas em categorias. A partir daí, foi utilizado o programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Science) for Windows 1.0, sendo possível fazer uma análise quantitativa e qualitativa dos dados.

5 Resultados e discussão

Quanto ao gênero, a maioria dos alunos que responderam o questionário são do gênero feminino (70%) em detrimento aos entrevistados do gênero masculino (30%) (figura 1).

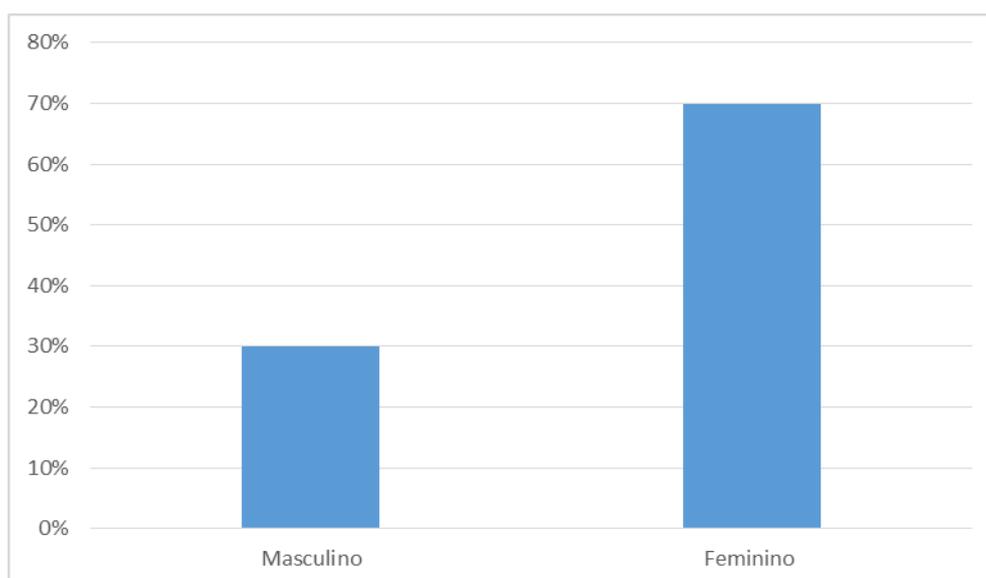


Figura 1 - Gênero dos alunos do EJA do Assentamento Novo Moribundo.

A maioria dos entrevistados (44%) tem mais de 50 anos, seguido por alunos que estão na faixa de 41-50 (37%) e alunos na faixa de 31-40 (19%) (figura 2).

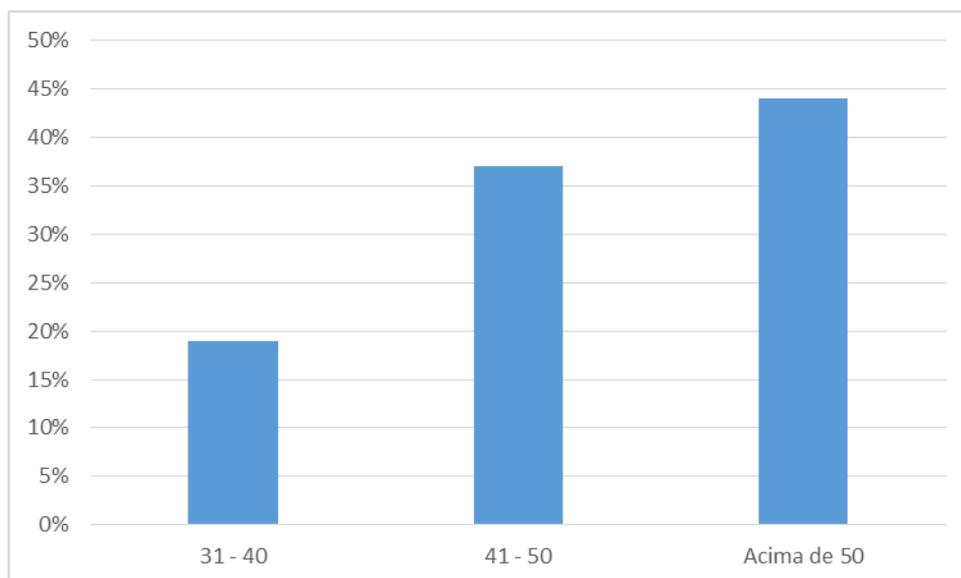


Figura 2 - Faixa etária dos alunos do EJA do Assentamento Novo Marimbondo.

Quando questionados com relação ao tempo que estão matriculados no programa de alfabetização do EJA no Assentamento Novo Marimbondo, a maioria dos alunos responderam que estudam há 3 anos (25%), outros há 2 e 4 anos (20%) e outros há 5 anos (15%) (figura 3).

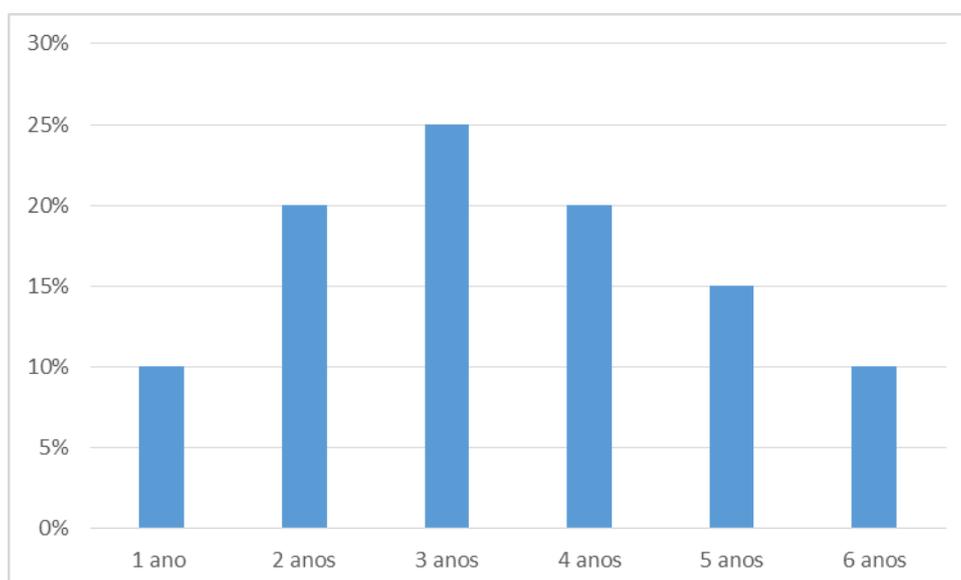


Figura 3 - Tempo em que os alunos estão matriculados no programa do EJA.

Uma pergunta era se eles já tinham ouvido falar em educação ambiental. A maioria dos alunos responderam que não (72%) e o restante que sim (28%) (figura 04).

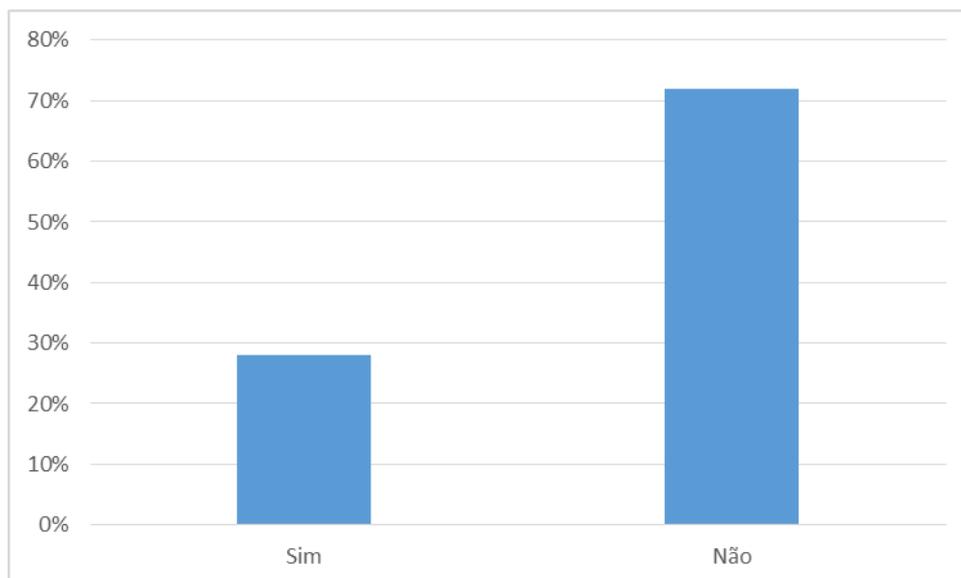


Figura 4 - Conhecimento dos alunos do EJA sobre educação ambiental.

Aqueles alunos que responderam que já ouviram falar em educação ambiental disseram que foi em cursos de formação, na escola, em reuniões do assentamento, encontros estaduais do movimento, dentre outros.

Quando questionados sobre o que eles entendem por educação ambiental, é relatado vários conceitos, sendo que a maioria está relacionado ao cuidado do meio ambiente: “Cuidar do meio ambiente”; “Não queimar os matos”; “Estudo do meio”; “Não poluir o ar”; “Cuidar da natureza”; “Não cortar as plantas”, dentre outros.

Por outro lado, alguns dos entrevistados responderam que “Não sabe de nada”.

Quando questionados se já haviam participado de algum projeto de educação ambiental, 64% responderam que não e 36% responderam que sim (figura 5).

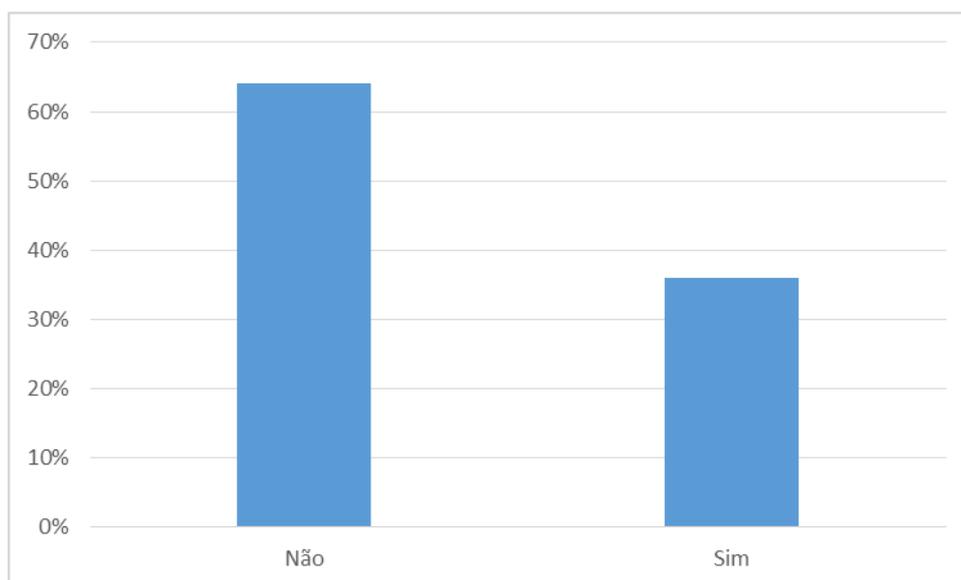


Figura 5 - Participação dos alunos do EJA em algum projeto de educação ambiental.

Aqueles entrevistados que responderam que já participaram de projetos de educação ambiental responderam que foram de reflorestamento de rios e uso racional de agrotóxicos.

Quando questionados sobre se tinham interesse em participar de algum projeto de educação ambiental, a maioria dos alunos do EJA responderam que sim (93%) e apenas 7% responderam que não (figura 6).

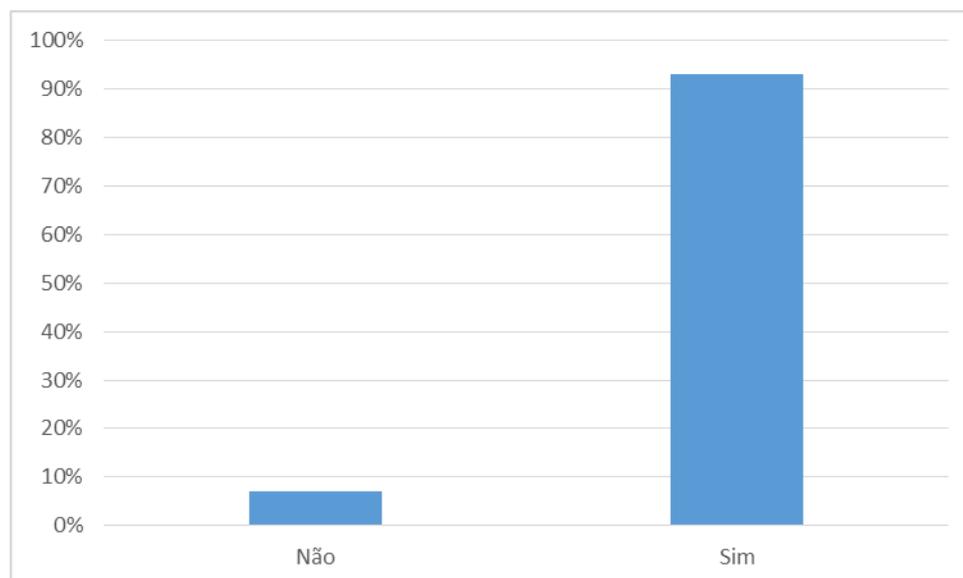


Figura 6 - Interesse dos alunos do EJA em participar de algum projeto de educação ambiental.

Foi interesse da pesquisa saber se o programa de alfabetização do EJA desenvolvia algum projeto de educação ambiental. Para isso, foi questionado se a educação ambiental era realizada na turma. 59% dos alunos responderam que não e 41% responderam que sim (figura 7).

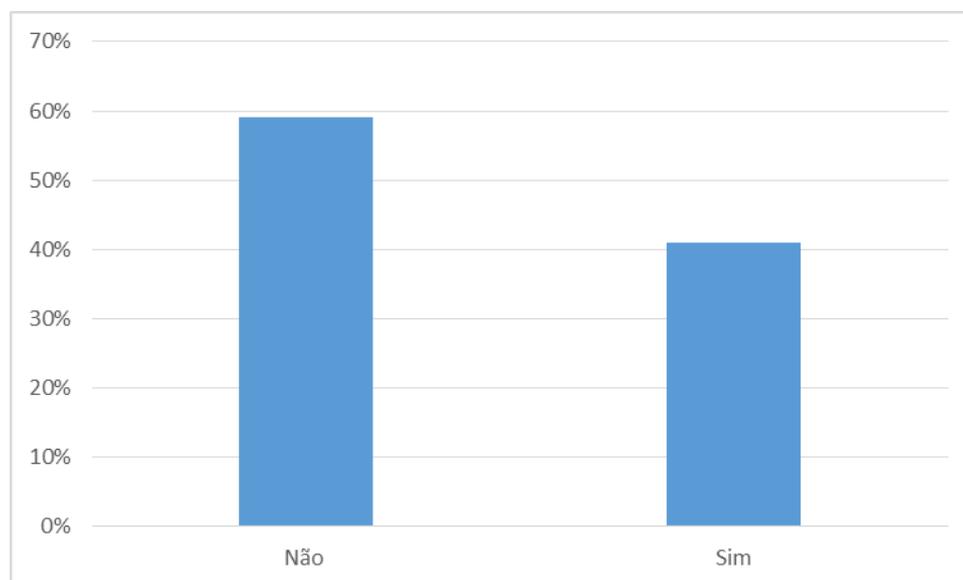


Figura 7 - Realização de educação ambiental em turma do EJA.

As estratégias de enfrentamento da temática ambiental envolvem todos os tipos de intervenção ambiental, incluindo nesse contexto as ações em educação ambiental na perspectiva da multidisciplinaridade, visando melhor qualidade de vida, participação social na proteção e conservação ambiental (COSTA et al., 2005).

Para alguns dos alunos que participaram do estudo, a educação ambiental é praticada em sala de aula na forma de discussões e textos sobre a temática ambiental.

Diante dessa questão, foi de interesse do presente estudo saber se a rede pública de ensino oferecia algum curso de educação ambiental.

Infelizmente, a maioria dos alunos entrevistados (82%) responderam que não (figura 8).

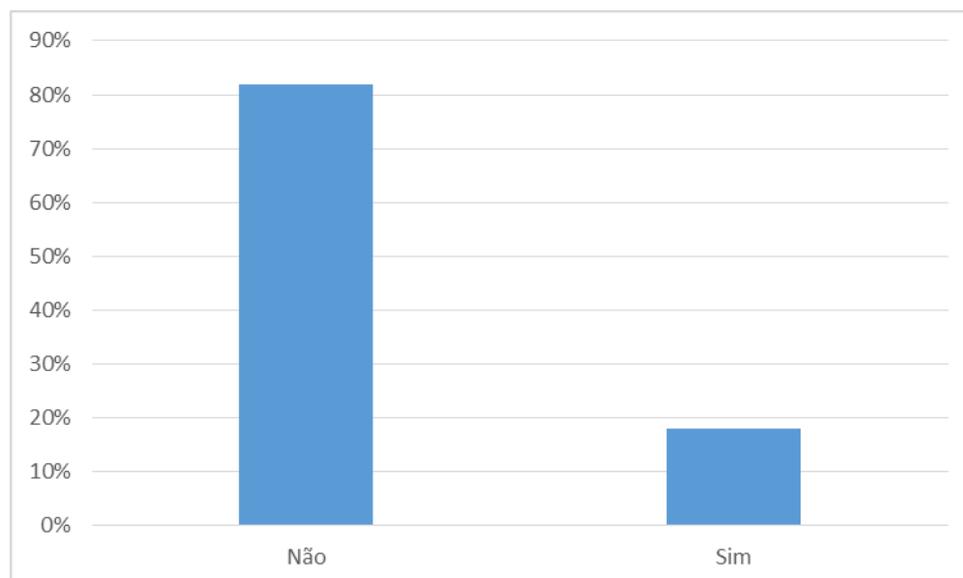


Figura 8 - Promoção da educação ambiental pela rede de ensino.

A educação ambiental deveria dirigir-se à comunidade ofertada pelas redes de ensino. Deveria interessar ao indivíduo em um processo ativo para resolver os problemas no contexto das realidades específicas e deveria fomentar a iniciativa, o sentido de responsabilidade e o empenho em edificar um futuro melhor (DIAS, 2003).

Quanto a percepção ambiental discente sobre a educação ambiental como ferramenta de educação ambiental. A maioria dos estudantes (98%) consideram que a educação ambiental é um processo de grande importância no que se refere à minimização da ação antrópica no meio ambiente (figura 9).

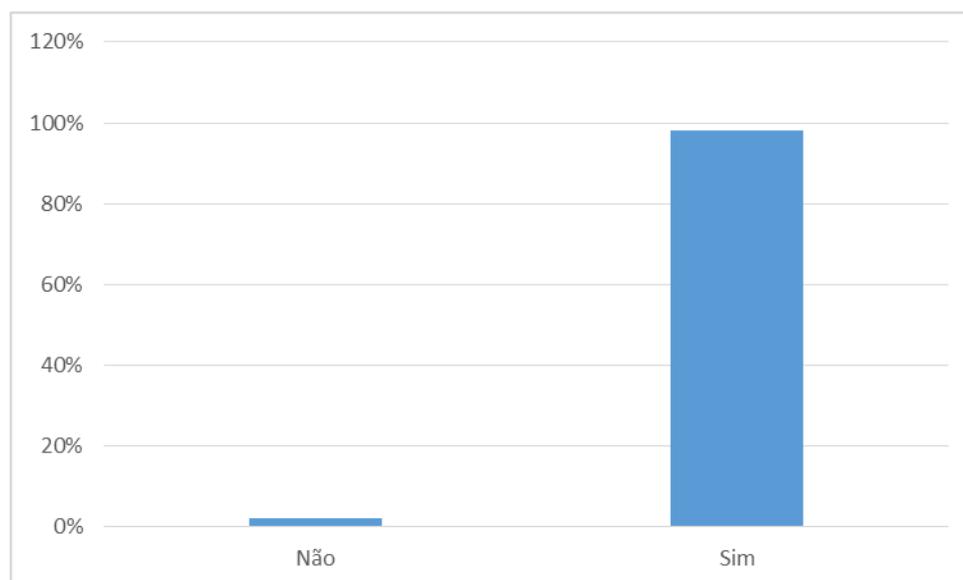


Figura 9 - Percepção dos alunos do EJA sobre educação ambiental como ferramenta para minimizar ações antrópicas ao meio ambiente.

Para o entendimento de Ruscheinsky (2002), o basilar da educação ambiental compreende o diagnóstico dos problemas percebidos e a expressão das soluções visualizadas, considerando o envolvimento tanto subjetivo dos indivíduos quanto das políticas públicas. Em função disso, torna-se necessária a consolidação de um entendimento mais amplo do processo de educação ambiental, ou seja, de que a educação ao trabalhar com as questões ambientais não se reduza ao ensino ou a defesa da ecologia (OLIVEIRA, 2000).

Para a maioria dos alunos (67%) temas ambientais não são abordados em sala de aula (figura 10).

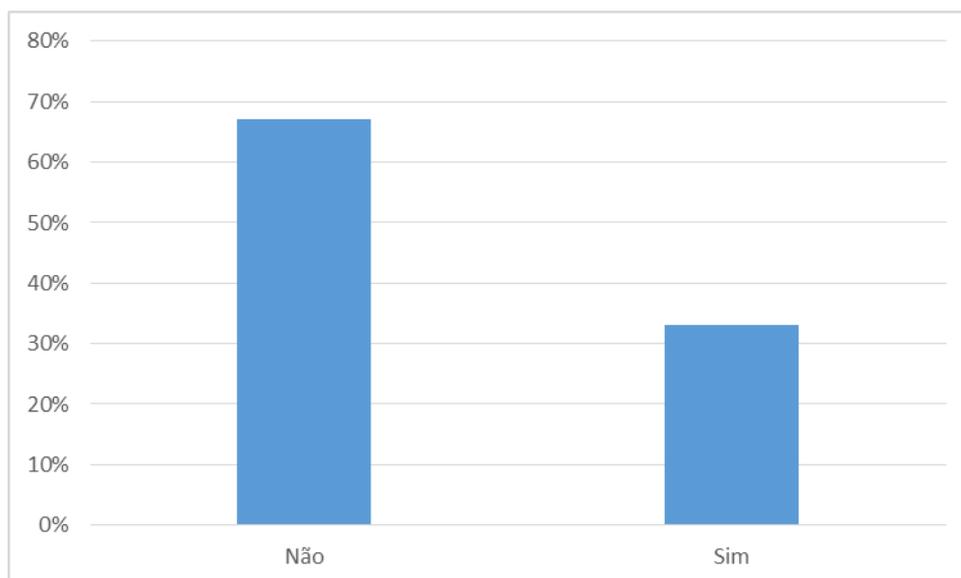


Figura 10 - Percepção ambiental sobre temas ambientais abordados em sala de aula.

Para Reigota (2002), trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a temática ambiental.

Dentre os temas ambientais que os alunos do EJA tem interesse em discutir em sala de aula como processo de educação ambiental, estão desmatamento (35%), água (28%), coleta de lixo (23%) e outros (figura 11).

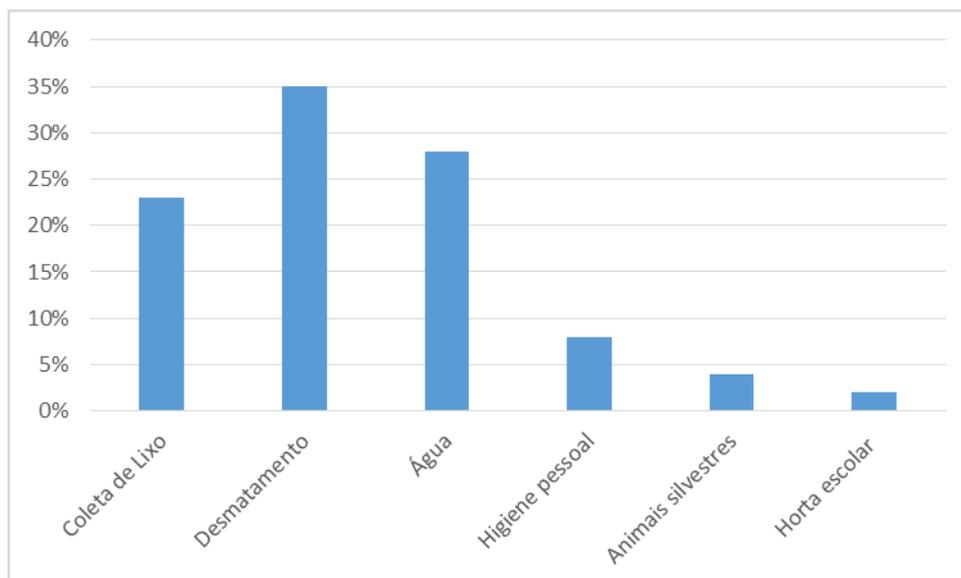


Figura 11 - Temáticas ambientais de interesse dos alunos do EJA.

A construção de um calendário de temas ambientais a serem trabalhados em sala de aula de acordo com o interesse dos alunos, é a oportunidade de envolver a comunidade em ações e práticas educativas voltadas a sensibilização, no sentido de debater as ambientais e a importância do envolvimento de todos na defesa da qualidade ambiental.

Quanto a percepção dos alunos sobre a realidade próxima a escola, perguntou-se quais os problemas ambientais que existem no entorno da escola. Os alunos citaram alguns exemplos, dentre os citados: queimadas (22%), uso de agrotóxico (20%), lixo (18%), desmatamento (18%), animais (7%) (figura 12).

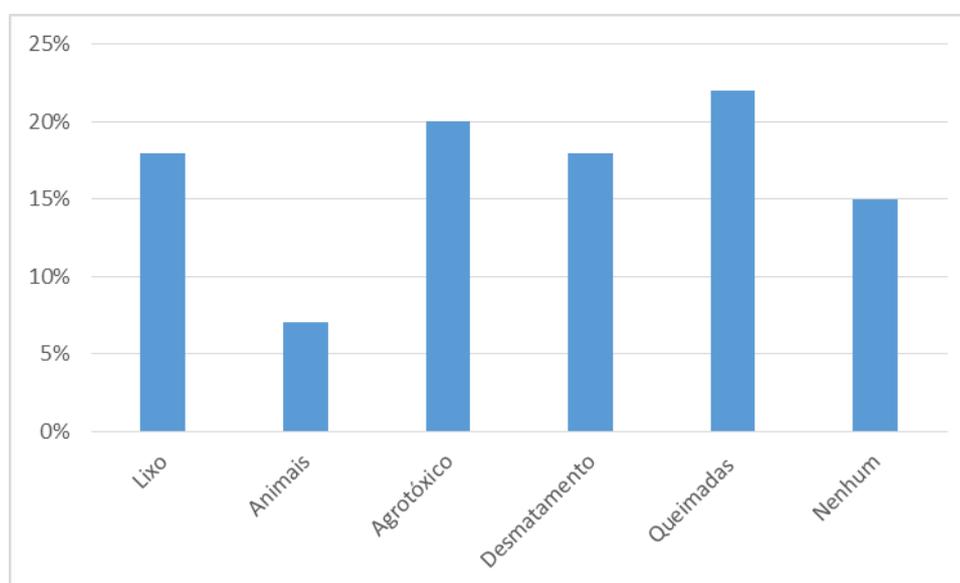


Figura 12 - Percepção ambiental sobre problemas ambientais no entorno da escola.

No entanto, 15% dos alunos entrevistados comentaram que não há problemas ambientais no entorno da escola.

A inserção da percepção ambiental em debates ambientais em sala de aula é uma tarefa importante para a democratização da ciência e dos saberes, e para uma reflexão sobre instrumentos que dispomos

e o quanto estes são adequados para garantir a escuta às comunidades na ação antrópica ao meio ambiente, visando assegurar maior qualidade ambiental para todos.

Identificados os problemas ambientais, a educação ambiental deverá orientar-se para a resolução dos mesmos. Implica um enfoque multidisciplinar, sem o qual não seria possível estudar as inter-relações sem abrir o mundo da educação à comunidade, motivando seus membros à ação (UNESCO, 1977, apud DURA FLORA S.A., 1992).

6 Conclusões

Diante dos resultados, pode-se chegar a algumas conclusões. A maioria dos alunos já ouviram falar em educação ambiental, porém demonstraram interesse em participar de algum. Entretanto, a modalidade EJA não desenvolve nenhum projeto de educação ambiental, sendo que as discussões sobre meio ambiente são pontuais em sala de aula. Infelizmente a rede pública de ensino não oferece estímulo ao desenvolvimento de projetos de educação ambiental.

Além disso, a percepção ambiental dos alunos está relacionada a problemas ambientais no entorno da escola, listando problemas comuns no assentamento, pois fazem parte do cotidiano deles, porém, alguns alunos não percebem tais problemas.

A educação ambiental é uma ferramenta imprescindível para a minimização das ações antrópicas impactantes negativamente no meio ambiente, necessitando que ações do tipo sejam desenvolvidas com alunos de forma interdisciplinar no sentido de despertar os alunos para os problemas ambientais existentes no seu cotidiano.

7 Referências bibliográficas

- ARAÚJO, M. I. O. (2004). A universidade e a formação de professores para a educação ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, 0, 71-78.
- COSTA, C. C. ; GOMES, L. J. ; FERREIRA, R. A. (2005). Percepção Ambiental Com Professoras de Ensino Fundamental como Ferramenta de Educação Ambiental para Restauração de Mata Ciliar. In: VII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu/MG.
- COSTA, C. C. (2008). Monitoramento participativo da qualidade da água na barragem da Ribeira (Cajaíba), município de Itabaiana, SE: uma proposta de intervenção em educação ambiental. Monografia de Especialização. Universidade de São Paulo, São Carlos.
- COSTA, C. C.; MAROTI, P. S. (2008). Utilização de recursos hídricos como estudo de percepção ambiental de alunos. Encontro sergipano de educação ambiental, 1-17.
- COSTA, C. C. ; MAROTI, P. S. (2013a) . Percepção Ambiental de Docentes em Escola Rural no Estado de Sergipe. Revista Monografias Ambientais, 11, 2379-2388.
- COSTA, C. C. ; MAROTI, P. S. (2013b). Percepção ambiental e estudo do meio como ferramentas de educação ambiental formal. Educação Ambiental em Ação, XII(45). 12-27.
- COSTA, C. C. ; COSTA, C. C. (2013). Percepção ambiental em escola rural de Sergipe. Educação Ambiental em Ação, 46, 01-19.

- COSTA, C. C. ; MAROTI, P. S. ; SANTOS, L. M. de J. ; REIS, F. T. dos S. ; ALVES, I. R. dos S. ; COSTA, D. N. (2011). As Expedições Científicas Estudantis (ECE) e o estudo da paisagem no ensino de Ciências Ambientais na região nordeste do Brasil. *Educação Ambiental em Ação*, 37, 37-50.
- COSTA, C. C. ; MAROTI, P. S. (2009). Expedições Científicas com Alunos de uma Escola Rural: Educação Ambiental em Recursos Hídricos. *Educação Ambiental em Ação*, 1, 29 - 42.
- COSTA, C. C. ; GOMES, L. J. ; FERREIRA, R. A. (2007). Metodologia para Avaliação e Monitoramento de Atividades de Educação Ambiental para o Ensino Fundamental. *Caderno de Cultura do Estudante (UFS)*, 06, 56-62.
- COSTA, C. C. (2013). Percepção ambiental em unidades de conservação. Clube dos autores.
- COSTA, C. C. (2015). Percepção ambiental dos acadêmicos de Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Sergipe. *Revista Educação Ambiental em Ação*. 13(51), 1-18.
- DIAS, G.F. (2003). Educação ambiental: princípios e práticas. 8ª ed. São Paulo: Gaia.
- DURA FLORA S.A. (1992). Educação Ambiental em Florestas - O projeto PIC-NIC na Floresta, na Dura Flora S.A. In: 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas, São Paulo, 1112-1117.
- FAGGIONATO, Sandra. (2005). Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html. Acesso em: 01 de maio de 2015.
- FELIZOLA, M. P. M. (2007). Projetos de Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Aracaju/SE. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- FERRARA, L. D. A. (1993). Olhar periférico: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental. São Paulo: Edusp.
- FIORI, A. de. (2002). Ambiente e Educação: Abordagens Metodológicas da Percepção Ambiental Voltadas a uma Unidade de Conservação. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- GUARIM, V. L. M. dos S. (2002). Barranco Alto: uma experiência em Educação Ambiental. Cuiabá, UFMT.
- GUIMARÃES, M. A (1995). Dimensão ambiental na educação. 1ª ed. Campinas, SP : Papirus.
- HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G.C. de. (2004). Educação como processo na construção da cidadania ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, Brasília, 0, 63-70.
- JACOBI, C. M.; FLEURY, L. C.; ROCHA, A. C. C. L. (2004). Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. *Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte.
- KRASILCHIK, M. (1986). Educação ambiental na escola brasileira – passado, presente e futuro. *Revista Ciência e Cultura*, Rio de Janeiro, 38, 1958-1961.
- LOUREIRO, C. F. B. (2004). Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez.

- MARINHO, A. M. S. A (2004). Educação ambiental e o desafio da interdisciplinaridade. Dissertação de mestrado. Universidade católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- OLIVEIRA, E. M. de (2000). Educação ambiental uma possível abordagem. Brasília: ed. IBAMA.
- PASSOS, E. M. dos ; RIBEIRO, G. T. ; PODEROSO, J. C. M. ; COSTA, C. C. ; GOMES, L. J. (2011) . Os Insetos Concepção dos Alunos e Professores de Ciências de Diferentes Realidades no Município de Itabaiana-SE. Educação Ambiental em Ação, 36.
- REIGOTA, M. (2002). Meio ambiente e representação social. 5ª ed. São Paulo, Cortez.
- RUSCHEINSKY, A. (2002). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto alegre: Artmed.
- SANTOS, C.S. dos (2006). Tipificação do Lixo Visando Estratégias de Educação Ambiental no Parque Nacional Serra de Itabaiana, 2006. 49p. (Monografia para conclusão de curso de graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- SOUZA, R. F. (2003). Uma experiência em Educação Ambiental: Formação de valores sócio-ambientais. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.
- SATO, C. S. (2007). Parque Nacional Serra do Cipó, MG: Percepção Ambiental e Estabelecimento de Áreas para Educação. Dissertação de Mestrado.
- TRISTÃO, M. (2004). Saberes e fazeres da educação ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, 0, 47-55.
- ZANARDI, B. N. (2010). Concepções de educação ambiental de graduandas de Pedagogia. Monografia de graduação. Universidade Pesbiteriana mackenzie.
- WWF Brasil (2003). Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. [Organização: Sylvia Mitraud]. WWF Brasil. Brasília.